

RESENHAS

Pietra Souto Lemberck^I

José Renato Ferraz da Silveira^{II}

A Condição Humana

Resenha do livro:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. .



1 Resenha



A Publicado originalmente em 1958, *A Condição Humana* é uma das obras mais influentes de Hannah Arendt e se consolidou como referência central da filosofia política no século XX. Escrito em um contexto marcado por profundas transformações — a corrida espacial, a aceleração tecnológica, as tensões da Guerra Fria —, o livro busca compreender quais são as atividades fundamentais que estruturam a vida humana e como elas se relacionam com a organização da vida em sociedade.

No prólogo, Arendt usa a conquista do es-

paço como metáfora e alerta. O lançamento do Sputnik, em 1957, simboliza não apenas um avanço científico, mas também o desejo humano de ultrapassar as fronteiras da Terra e, possivelmente, da própria condição humana. Para a autora, esse impulso revela algo paradoxal: a vontade de escapar das limitações que nos definem como espécie, mesmo que isso signifique colocar em risco os fundamentos do mundo humano.

No capítulo inicial, Arendt estabelece uma distinção decisiva entre “natureza humana” e “condição humana”. A primeira poderia ser entendida como algo essencial e imutável, enquanto a segunda é composta por elementos que moldam, mas não determinam, a existência: natalidade, mortalidade, pluralidade, historicidade e materialidade. Esses fatores funcionam como molduras dentro das quais a vida se desenvolve, sem encerrar o potencial criativo e imprevisível da

^I Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
pietra.lemberck@acad.ufsm.br,  <https://orcid.org/0009-0005-7230-8228>

^{II} Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
jreferraz@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-7751-7583>

ação humana. Ao adotar essa perspectiva, Arendt rompe com visões deterministas e abre espaço para pensar a política como esfera de novidade e transformação.

A partir dessa base, a autora examina as três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. O labor, tratado em profundidade no segundo capítulo, diz respeito às atividades ligadas à manutenção biológica: cultivar alimentos, cozinhar, cuidar do corpo. É marcado pela repetição e pelo caráter efêmero de seus resultados. Para Arendt, o labor está ligado à necessidade e aproxima o ser humano de sua condição animal, pois não produz um legado duradouro. Ainda que indispensável, na hierarquia antiga da polis grega o labor era visto como inferior, reservado aos escravos, justamente porque impedia a dedicação à vida pública.

O trabalho, explorado no capítulo seguinte, rompe com o ciclo da necessidade ao produzir objetos duráveis que compõem o “mundo artificial” humano. Casas, ferramentas, instituições e obras de arte são frutos do trabalho, que oferece estabilidade e permanência à existência. No entanto, Arendt observa que a modernidade trouxe uma inversão preocupante: a lógica industrial e o consumo acelerado encurtam a vida útil dos produtos e corroem o sentido de permanência, transformando o trabalho em algo cada vez mais parecido com o labor em seu imediatismo.

A ação, foco de outro capítulo central, é para Arendt a mais elevada das atividades humanas. Ela só acontece entre pessoas, no espaço público, e depende da pluralidade e da palavra. É por meio da ação que exercemos a liberdade, entendida não como um estado interno, mas como prática concreta de iniciar algo novo. Ao remeter à polis grega, Arendt resgata um ideal em que o espaço público era o lugar por excelência da ação, onde os cidadãos se reuniam para deliberar e agir em conjunto. Na modernidade, porém, a ação tem sido sufocada pela burocratização e pela transformação da política em mera gestão administrativa, perdendo seu potencial criativo e transformador.

Nos capítulos dedicados à distinção entre as esferas pública e privada, Arendt revisita o modelo grego, no qual o espaço doméstico (oikos) era associado à necessidade e o espaço público (polis) à liberdade. Essa separação garantia que a vida política se mantivesse livre das pressões da sobrevivência material. Com o advento da modernidade, porém, essas fronteiras se diluíram. Questões antes restritas ao âmbito doméstico passaram a ser administradas coletivamente, mas sem recuperar plenamente o espírito da verdadeira ação pública.

Ao abordar o “triunfo da sociedade”, Arendt descreve a ascensão de um modelo de organização em que valores econômicos e administrativos substituem a participação política ativa. A vida coletiva passa a ser regida por padrões de

produtividade, conformidade e consumo, reduzindo a pluralidade e homogeneizando comportamentos. Essa mudança marca o deslocamento do centro da vida pública para o espaço social, onde a ação política genuína é substituída pela gestão dos interesses comuns de forma tecnocrática.

No desfecho da obra, Arendt retoma o diagnóstico e o alerta: labor e trabalho são indispensáveis, mas é na ação, no encontro entre diferentes, no diálogo e no agir conjunto, que se encontra a possibilidade de um mundo verdadeiramente humano. Ao mesmo tempo, sugere que a preservação e a revitalização da esfera pública são tarefas urgentes para que a liberdade, entendida como prática coletiva, não desapareça sob o peso da massificação e da tecnocracia.

A *Condição Humana* é, assim, mais que uma análise conceitual: é um convite a repensar as formas de vida contemporâneas e a recuperar espaços de ação que permitam à pluralidade e à iniciativa florescerem. Ao longo de suas páginas, Arendt oferece um mapa conceitual que atravessa filosofia, história e teoria política, desafiando o leitor a compreender não apenas como vivemos, mas também o que torna essa vida digna de ser vivida em comum.